



Propostas aprovadas que dizem respeito a solicitações de informações e reivindicações encaminhadas à PBH.

1. Informações sobre os contratos e quais seus valores, feitos com a verba da educação
2. Que os dados coletados por empresas como a Google e outras sejam disponibilizados para análise e formulação de políticas públicas.
3. Que o mapeamento sócio-econômico realizado com os estudantes também seja realizado com todos os profissionais da educação que estão nas escolas.
4. Acesso aos dados do mapeamento social feito junto às comunidades pelas escolas.
5. Que organize e realize discussões intersetoriais regionalizadas sobre o período de Teletrabalho e organização pós pandemia.
6. A Implementação de uma política de intersectorialidade para as famílias dos estudantes, garantindo-se a segurança alimentar; saúde mental; inclusão digital; dentre outras políticas públicas. Por meio da atuação dos postos de saúde, vigilância sanitária, nutricionistas que atuam nas escolas, CERSAM, centros culturais, Conselho Tutelar etc.
7. Um estudo sobre o uso da “tela” na educação infantil.
8. Que convênios firmados com Universidades Públicas garantam formação
9. com temas que contemplem definições construídas pela categoria.
10. O desenvolvimento uma política institucional de amparo e cuidado com a saúde mental do servidor e dos funcionários, dando suporte para esses desenvolverem suas funções em meio ao contexto de pandemia. Juntamente a isso, que o Sind-REDE também dê suporte para a categoria por meio de construção de um grupo de apoio emocional, de auto ajuda, durante esse momento de afastamento social.
11. A criação de Comissão Permanente para discutir o fluxo na rede e entre Estado/município, com participação dos Sindicatos.
12. Garantia de lotação dos docentes na EJA.

13. Que não haja redução e fusão de turmas na EJA.
14. Que o relatório de teletrabalho não seja usado para “avaliar” e validar sua presença no ponto eletrônico. Nem justificativa para assédio moral.
15. Que o poder público estabeleça diretrizes para formação e estabeleça critérios claros quanto às atribuições dos AAEs.
16. Que a PBH restabeleça o direito dos AAEs de venderem férias prêmio.
17. Concurso público municipal para o exercício do trabalho na Escola Integrada da RMEBH.
18. Que a PBH disponibilize um canal de comunicação tipo “alô escola” para centralizar as denúncias de maus tratos. Fortalecimento dos Conselhos Tutelares para acolhimento dessas denúncias.
19. Ruptura com a TEG SAÚDE e voltar com os médicos peritos da PBH.
20. O retorno as aulas deve se dar apenas com garantia de segurança contra o coronavírus para trabalhadores, estudantes e comunidade escolar, tanto para a permanência quanto para o deslocamento desses da residência à escola.
21. Pós pandemia garantir estrutura e docentes para recuperar o conteúdo pedagógico no contra turno.

